

ENTRADA

15 OUT. 2025

Ass. da Func. COASP



ESTADO DO TOCANTINS - PODER LEGISLATIVO
Gabinete da Deputada Claudia Lelis

A Publicação e posteriormente à
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Em 21/10/2025

1º Secretário

DIRLEG-AL
Fls. 02
PMW

PROJETO DE LEI Nº 443, DE 2025/GDCL

Concede Título de Cidadão Tocantinense a André Luiz
Ceciliano.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art.1º Fica concedido o Título de Cidadão Tocantinense a André Luiz Ceciliano, em reconhecimento
pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Tocantins.

Art.2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem fulcro no art. 107, parágrafo único, do Regimento Interno e na
Resolução nº 350, de 17 de junho de 2020, ambos da Assembleia Legislativa do Estado do
Tocantins.

O Senhor André Luiz Ceciliano, natural de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro, foi Prefeito de Paracambi - RJ,
por duas gestões, tendo se destacado pela condução democrática e responsável da administração
municipal. Posteriormente, exerceu quatro mandatos consecutivos como Deputado Estadual e ocupou por
sete anos a Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), conduzindo aquela
Casa de Leis com reconhecida competência, transparência e espírito democrático.

Durante o período crítico da pandemia de COVID-19, em 2020, o Sr. André Ceciliano demonstrou
liderança, equilíbrio e sensibilidade social, promovendo medidas de apoio à população e
articulação institucional entre os poderes.

Atualmente, exerce o cargo de Secretário de Assuntos Parlamentares da Presidência da República,
atuando ao lado da Ministra Gleisi Hoffmann e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contribuindo
com diálogo, articulação política e construção de soluções para as demandas do Congresso
Nacional e dos Estados da Federação.

Por sua trajetória marcada pela dedicação à vida pública, à democracia e à construção de pontes
entre as instituições, o Senhor André Luiz Ceciliano é digno de ser agraciado com o Título de
Cidadão Tocantinense, como forma de reconhecimento desta Casa Legislativa e do povo do
Tocantins à sua destacada contribuição para o fortalecimento do Estado e da Federação brasileira.

Destarte, pela relevância da atuação profissional do homenageado, honra-me ser autora do
presente Projeto de Lei, na convicção de poder contar com o apoio dos meus respeitáveis pares para a sua
aprovação.

Sala das Sessões, aos 08 dias de outubro de 2025.

Claudia Lelis

Deputada Estadual

CLAUDIA TELLES

DE MENEZES

PIRES MARTINS

LELIS:5842318415

3

Assinado de forma digital
por CLAUDIA TELLES DE
MENEZES PIRES MARTINS
LELIS:58423184153
Dados: 2025.10.08
10:00:42 -03'00'

[Imprimir](#)

Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins de Palmas - TO
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO

Código do Documento:

Pee7b2950819798b808ed60e68dce9ee7K15160

Tipo de Proposição: **Projeto de Lei da Casa**

Autor: **CLÁUDIA LELIS**

Enviada por: **Claudia Lelis (dep.claudia.lelis)**

Descrição: **Concede Título de Cidadão Tocantinense a André Luiz Cecílio.**

Data de Envio: **07/10/2025 20:43:29**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

CLÁUDIA TELLES DE MENEZES PIRES MARTINS
LELIS:5842318415 Assinado de forma digital
por CLÁUDIA TELLES DE MENEZES PIRES MARTINS
LELIS:58423184153
Dados: 2025.10.08
10/01/14 07:00

CLÁUDIA LELIS





Nº 347669372025

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Policia Federal

ePol - SINIC

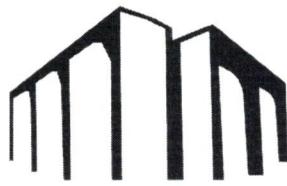
Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **ANDRÉ LUIZ CECILIANO**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de **EMÍLIO CECILIANO** e **SUELY GONÇALVES CECILIANO**, nascido(a) aos 28/02/1968, natural de Nilópolis-RJ, CI 07136674-4 DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFI RJ, CPF 872.396.397-20.

Esta certidão foi expedida em **06/10/2025** às **20:26** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 347669372025.



**2^a INSTÂNCIA
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS**

N. d76f96b7

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

ANDRÉ LUIZ CECILIANO

CPF n. 872.396.397-20

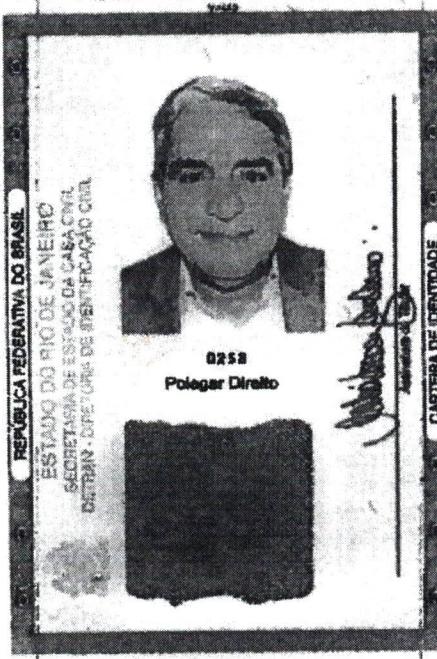
Certidão emitida em: 07/10/2025, às 10:46:13 (data e hora de Brasília)

Observações:

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de segunda instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento nº 11/2019, Portaria nº 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc2.tjto.jus.br/eprocV2_prod_2grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento nº 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 07/10/2025, 10:46:13

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
DOCUMENTO	07.736.674-4
DATA DE EMISSÃO	16/03/2014
NAME ANDRÉ LUIZ CECILIANO	
ENDERECO	
EMILIO CECILIANO	
SUELY GONÇALVES CECILIANO	
NAMORADAS	
NILÓPOLIS/RJ	
DOC. ORIGINAL	
C. CASH LIV 000075A FLS 191	
RJ	
PARACAMBI	
OFF. 872-396-397-20	
001 2 Un	
DATA DE Nascimento	
28/02/1968	
LEIA 9711805 20/05/2013	



DIRLEC-AL
Fls. 06
PMS

BIOGRAFIA CIRCUNSTANCIADA

André Ceciliano nasceu em 28 de fevereiro de 1968. É natural do Estado do Rio de Janeiro, formado em direito. Foi duas vezes prefeito do município de Paracambi/RJ, e quatro vezes deputado estadual pelo Rio de Janeiro. Foi presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro por 7 (sete) anos. Concorreu ao Senado Federal nas eleições de 2022, tendo obtido um milhão de votos.

Começou a trabalhar aos 9 anos de idade como jornaleiro na Cidade de Paracambi. Aos 16 anos, iniciou sua atuação profissional no mercado financeiro, fundando posteriormente uma distribuidora de títulos e valores mobiliários que funcionou até os anos 2000.

Em 1996, aos 28 anos, disputou pela primeira vez o cargo de prefeito do município de Paracambi, não sendo eleito por uma diferença de 97 votos. Dois anos depois, foi eleito deputado estadual com 19.122 votos.

Em 2000, foi vencedor em nova disputa pelo Executivo do município Paracambi, ao que exerceu dois mandatos e fez uma revolução na cidade, sobretudo na área de Educação, Saúde e Saneamento.

Em seu primeiro mandato como prefeito, comprou o belo prédio em estilo vitoriano inglês da secular Fábrica Brasil Industrial, inaugurada em 1871. A antiga indústria virou a “Fábrica do Conhecimento”, que hoje atende a mais de 10 mil alunos em instituições ali instaladas, como a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (Faetec), o Instituto Superior Tecnológico de Paracambi, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Química (Cefetq) e o Centro de Educação a Distância do Rio de Janeiro (Cederj).

Em 2011, retornou à Alerj com 28.035 votos. Foi reeleito em 2014 (31.207 votos) e novamente em 2018 (46.893 votos). Ativo, ao longo de seus quatro mandatos como deputado, é autor de mais de 430 leis, em todas as áreas.

Entre as iniciativas de André, estão a criação do Fundo Soberano do Estado; o programa Supera RJ; a isenção de impostos para energia elétrica em área rural e para famílias de baixa renda e baixo consumo; leis de incentivo à cultura e de fomento da economia fluminense, entre muitas outras, como a Lei 9.244/21, que cria o Complexo Industrial da Saúde; Lei 9.753/22, que obriga o Estado a indenizar as famílias das vítimas da Chacina de Acari depois de 32 anos; Lei

9.716/22, que cria o primeiro plano estadual de fertilizantes do Brasil; e a Lei que estabeleceu indenização ao filhos separados de seus pais em razão da hanseníase.

Em 2017, assumiu a presidência do legislativo fluminense em meio à maior crise econômica e política do Estado, quando o Rio quebrou devido à brutal queda do preço do barril do petróleo e à crise da Petrobras, que praticamente paralisou as suas atividades como efeito da “Lava Jato”. Em meio a violentos protestos, com a Alerj cercada de manifestantes, conduziu difíceis votações, mas que permitiram a entrada do Rio, em setembro de 2017, no Regime de Recuperação Fiscal. Com isso, o Estado recebeu empréstimo para colocar as contas em dia e teve suspenso por três anos o pagamento do serviço da sua dívida, sem a perda de direitos dos servidores públicos estaduais.

Em fevereiro de 2019, apesar da forte polarização política que dividiu o Brasil e do fato de o PT ter eleito na Alerj uma bancada de apenas três deputados, a chapa Transparência e Diálogo, encabeçada por André, obteve 49 dos 70 votos totais (eram necessários 36).

A forma democrática, transparente e austera com que atuou e, sobretudo, a grande produtividade registrada pela Casa, em especial durante a pandemia do COVID, em 2020, fortaleceu a liderança de André junto a seus pares.

Em fevereiro de 2021, foi reeleito presidente da Alerj, dessa vez com 64 votos favoráveis.

Em outubro de 2021, novamente conduziu as reformas Administrativa e Previdenciária, uma exigência do Governo Federal para o reingresso do Rio no Regime de Recuperação Fiscal por mais dez anos.

Sem a renovação do Regime, o Estado mergulharia novamente no caos vivido em 2017, quando não havia dinheiro sequer para colocar gasolina nas viaturas policiais.

Habilidoso, promoveu um amplo diálogo entre os Três Poderes, MP, TCE e representantes das categorias de servidores. As reformas foram feitas sem a cassação de direitos dos servidores atuais, garantia firmada e defendida por André desde o início das negociações com as categorias.

À frente da Alerj, André não fez apenas uma gestão democrática e de harmonia

com os demais poderes, mas também econômica e modernizante: inaugurou a nova sede da Alerj, no antigo “Banerjão”, com muito mais condições de trabalho para os deputados e atendimento da população.

A economia média de 500 milhões por ano que a direção da Casa fez (o que corresponde a 45% do orçamento da Alerj), permitiu à Assembleia devolver em três anos mais recursos essenciais para o Estado aplicar em áreas prioritárias como a saúde durante todo o período crítico da Pandemia da COVID-19.

Valores economizados que acabariam sendo, também, doado aos municípios do Estado do Rio de Janeiro durante a pandemia, e também destinado ao desenvolvimento de vacinas contra a Covid, pela Fiocruz, para socorrer as vítimas das chuvas em Petrópolis, de Paraíba do Sul e outros municípios da Baixada, do Noroeste e Norte Fluminense, dentre outros.

Recebeu a medalha do exército brasileiro; a medalha do mérito eleitoral, pelo TJRJ; medalha da ordem do mérito naval, pela Marinha do Brasil; medalha de mérito da defesa civil, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro; medalha de comendador (2º grau), pela aeronáutica; medalha do mérito industrial, pela FIRJAN; medalha Santos Dumont, pela Aeronáutica; medalha ordem do mérito, da UERJ; medalha mérito Coronel Assunção, pela PMERJ; medalha da ordem do mérito aeronáutico, pela Aeronáutica; medalha do mérito, pela Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; medalha Tiradentes, pela ALERJ; medalha Almirante Tamandaré, pela Marinha do Brasil; medalha de mérito Pedro Ernesto, pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro; medalha do pacificador, pelo Exército Brasileiro; entre muitas outras.

Em janeiro 2023, André Ceciliano foi nomeado Secretário de Assuntos Federativos da Presidência da República, ao lado do Ministro Padilha e do Presidente Lula, recebendo e dando soluções as mais diversas demandas dos Estados e Municípios a exemplo: ADPF 1043; PLP 136/2023 que originou a LC 201/2023; reativação do diálogo com estados e municípios, promovendo atendimento direto a prefeitos e governadores em torno de recursos e programas federais através Caravana Federativa; construção permanente da convergência entre os entes federados em torno dos grandes temas federativos, através do Conselho da Federação; retomando o diálogo entre Estados e União em especial com os Governadores representantes de consórcios regionais; Articulação de anúncios e da participação do Governo Federal na 24ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM)

O ano de 2024 foi de consolidação e ampliação das iniciativas como a atuação conjunta da Secretaria de Relações Institucionais com o Ministério da Fazenda, Governadores, entidades municipalistas e Congresso Nacional pela aprovação do PLP 121/2024 (PROPAG), expansão da Caravana Federativa, ampliação da atuação do Conselho da Federação, com debates sobre sustentabilidade, igualdade racial e renegociação de dívidas estaduais, realização de Encontros Regionais com Novos Gestores Municipais, promovendo capacitação técnica para aprimorar a gestão pública democrática, expansão dos Fóruns Estaduais de Gestores Federais, reforçando a troca de experiências, agilização de processos, coordenação para atendimento de demandas e boas práticas.

André Ceciliano atua hoje como Secretário de Assuntos Parlamentares da Presidência da República, ao lado da Ministra Gleisi Hoffmann e do Presidente Lula, recebendo, articulando e dando soluções as mais diversas demandas do Congresso Nacional.

Brasília, 06 de outubro de 2025